



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Acta n.º 05**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA NO DIA SEIS DE MARÇO**  
**DE DOIS MIL E DEZANOVE.** -----

----- Aos **seis dias do mês de Março do ano de dois mil e dezanove**, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes** e **Bruno Alexandre Croca Brites**.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Calado Chuço** foi colocada a seguinte questão: “Qual a opinião do Senhor Presidente sobre a Opção Gestionária desbloqueada pelo Orçamento de Estado de 2019?”.-----

O **Senhor Presidente da Câmara, Luis Simão Duarte de Matos**, respondeu, que de momento ainda não tinha opinião formada.-----

----- Eram **dez horas**, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**.-----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** ----

----- **Ponto um - um: DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE:** Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Caldo Chuço**, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de

Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedida para quaisquer intervenções enquanto Vereadora da Câmara, para intervir no presente assunto por ser parte interessada, pelo que de seguida abandonou a reunião. -----

Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que nos termos e para os efeitos previstos no artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) com a redação em vigor, informa-se que, relativamente ao processo nº. 77/2003 em nome de **Antónia Maria Mendes Martins**, para alteração e ampliação de moradia na Rua do Caminho de Ferro, nº. 36, em **Mora**, foi ultrapassado o prazo concedido para a conclusão da obra (licença especial para obras inacabadas), fixado no aditamento ao alvará n.º 23/2004 (validade até 04/11/2017). -----

Importa referir que foi dado cumprimento ao princípio de audiência prévia do interessado, tendo a requerente declarado que não foi possível concluir as obras devido a dificuldades financeiras. Solicita ainda concessão de nova licença para conclusão dos trabalhos em falta, por um prazo de 90 dias. Sobre o assunto, e salvo melhor parecer, considera-se que poderá a requerente solicitar renovação ou nova licença especial para obras inacabadas, juntando ao requerimento os elementos necessários para o efeito, após a declaração de caducidade da licença, a efetuar pela Câmara Municipal,-----

Nesse sentido, propõe-se que a **Câmara** declare a caducidade da licença nos termos da alínea d) do n.º 3 e do n.º 5 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, sem prejuízo da requerente desencadear os procedimentos necessários ao pedido de renovação ou de nova licença especial, ao abrigo dos artigos 72.º ou 88.º do mesmo regime. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, declarar a caducidade da licença, nos termos da alínea d) do n.º 3 e do n.º 5 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, sem prejuízo da requerente desencadear os procedimentos necessários ao pedido de renovação ou de nova licença especial, ao abrigo dos artigos 72.º ou 88.º do mesmo regime. -----

Ato contínuo a Senhora Vereadora regressou à reunião. -----

----- **Ponto um - dois: EMISSÃO DE CERTIDÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por José Dimas de Carvalho Soeiro, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 61 da freguesia de Pavia, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1070 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 45,00 m2, localizado atualmente na Rua Conselheiro Fernando de Sousa nº. 9, em Pavia. - Verifica-se que foi entregue cópia da caderneta predial urbana, onde consta que o prédio foi inscrito na matriz em 1970. -----

Sendo assim, presume-se que o imóvel terá sido construído em data anterior à da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cuja ratificação é de 29/06/1987, situando-se fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo RGEU àquele local. Assim, em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção,

pelo que se propõe o deferimento da pretensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

----- **Ponto um - três: PROJETOS DE ESPECIALIDADES:** Presente o seguinte projeto de especialidades em nome de: -----

- **Ana Rita Morgado Cardoso Pais**, para alteração de edifício sito na Rua da Misericórdia, 12, em Cabeção, processo número 16/2017. -----

Deliberado por unanimidade com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, considerar que os projetos de especialidades apresentados cumprem o disposto na legislação aplicável, deferindo o pedido. -----

Deliberado também por unanimidade dispensar o requerente da apresentação do projeto acústico ao abrigo do Decreto-Lei 53/2014 de 08/04. -----

Mais foi deliberado por unanimidade conceder a licença de construção pelo prazo de 15 meses, após apresentação dos elementos necessários para o efeito, a efetuar no prazo de um ano a contar da data da notificação do ato de licenciamento, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: MOTO ESCRAVELHOS - GRUPO MOTARD/ CLÁSSICAS DE MORA - DESFILE DE CARNAVAL - PROPOSTA SUBSÍDIO:**

Pre-sente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Arti-

gos 5, 12, 13, 14, 15 e 18. -----

O **Moto Escravelhos - Grupo Motard/Clássicas de Mora** vai realizar no próximo dia 02 de Março, em Mora, um Desfile de Carnaval. Assim, vimos propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de **250,00€, duzentos e cinquenta euros**, para apoio à iniciativa. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade conceder o referido subsídio no valor **250,00€, duzentos e cinquenta euros** ao **Moto Escravelhos - Grupo Motard/Clássicas de Mora**, destinado à realização de um **Desfile de Carnaval** no dia 02 de Março, em Mora, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

----- **Ponto dois - dois: GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DOS TRABALHADORES DACMMORA ESCOLA DE NATAÇÃO - ATRIBUIÇÃO SUB-**

**SÍDIO:** Presente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 13, 14, 15 e 18. -----

Face ao pedido de apoio apresentado pelo **Grupo Desportivo e Recreativo dos Trabalhadores da CMMora**, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de **4.500€, quatro mil e quinhentos euros**, destinado a apoiar a sua actividade desportiva 2018/2019, na modalidade de Natação, subsídio que será pago em três tranches iguais **(1.500€), mil e quinhentos euros**, sendo a primeira disponibilizada logo que possível e as restantes conforme forem sendo solici-

tadas pelo referido Grupo Desportivo. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade conceder o referido subsídio no valor **4.500,00€, quatro mil e quinhentos euros** ao **Grupo Desportivo e Recreativo dos Trabalhadores da CMMora**, destinado a apoiar a sua actividade desportiva 2018/2019, na modalidade de Natação, subsídio que será pago em três tranches iguais **(1.500€), mil e quinhentos euros**, sendo a primeira disponibilizada logo que possível e as restantes conforme forem sendo solicitadas pelo referido Grupo Desportivo, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -

----- **Ponto dois - três: GRUPO DESPORTIVO DE PAVIA - APOIO DE TRANSPORTE:** Presente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 14 e 15. -----

Vimos propor a atribuição de um subsídio no valor de **120€, cento e vinte euros**, destinado a apoiar a deslocação da equipa de atletismo a Braga. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade conceder o referido subsídio no valor **120€, cento e vinte euros** ao **Grupo Desportivo de Pavia - Atletismo**, destinado a apoiar a sua deslocação a Braga, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor.-----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** ----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de 01 de Março de 2019, o qual acusa o saldo em Dotações Orçamentais no valor de **2.240.483,03€, dois milhões duzentos e quarenta mil quatrocentos e oitenta e três euros e três centimos** e Dotações não Orçamentais no valor **61.285,35€, sessenta e um mil duzentos e oitenta e cinco euros e trinta e cinco centimos**. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **11.851,24€, onze mil oitocentos e cinquenta e um euros e vinte e quatro centimos**.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.-----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FATURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o Mapa de Faturas. ----  
A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor **de 44.110,31€, quarenta e quatro mil cento e dez euros e trinta e um centimos**. -----

----- **Ponto três - quatro: LISTA DE TRABALHADORES QUE FIZERAM GREVE:** Presente relação dos trabalhadores que fizeram greve no dia 15 de Fevereiro de 2019. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, proceder ao respectivo desconto nos vencimentos. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E**

**AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A Câmara Municipal tomou conhecimento dos seguintes **despachos do Senhor Presidente:**-----

- **Em que determinou,** abrir procedimento tipo Consulta Prévia para Melhoria da eficiência energética das Piscinas Municipais - Equipamento, nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 15 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos.-----

Mais determino que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

Dinamicapolis Unip Ida.; Smartwatt - Energy Services, S.A.; Intellsmart Solutions Lda.; e Coprax Comercio e Indústria do Plástico, S.A.. -----

Determino também que os Membros do Júri sejam os seguintes: -----

Efetivos: -----

António Godinho Mourão Costa - Presidente; João Miguel Caramujo Ramos Endrenço e Vitor da Silva Mendes.-----

Suplentes: -----

Luís Pedro Mendes Branco e Ana Sofia Noronha de O. S. C. da Silva Mendes.

Determino também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de 120.000,00€. -----

- **Em que determinou,** abrir procedimento tipo Consulta Prévia para "Melhoria da eficiência energética do Jardim de Infância e 1º Ciclo de Pavia - Equipamento", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 15 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----



Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----  
Dinamicapolis Unip Ida; Smartwatt - Energy Services, S.A.; Intellsmart Solutions  
Lda. e Coprax Comercio e Indústria do Plástico, S.A.-----  
Determinou também que os Membros do Júri sejam os seguintes: -----  
Efetivos: -----  
António Godinho Mourão Costa - Presidente; João Miguel Caramujo Ramos  
Endrenço e Vitor da Silva Mendes. -----  
Suplentes: -----  
Luís Pedro Mendes Branco e Ana Sofia Noronha de O. S. C. da Silva Mendes.-  
Determino também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----  
O valor base do procedimento é de 58.000,00€ (cinquenta e oito mil euros).-----  
- Em que determinou, abrir procedimento tipo Consulta Prévia para Melhoria da  
eficiência energética das Piscinas Municipais - Iluminação, nos termos do  
Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo pra-  
zo de 15 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----  
Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----  
Instalectrica, Ida.; J. Henrique Coelho - Instalações Eléctricas, Estudos e Pro-  
jectos, Ida.; Selpri - Estudos, Projectos e Instalações Electromecânicas Ida.;  
H2watt, Ida.. -----  
Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. ----  
Determinou também que os Membros do Júri sejam os seguintes: -----  
Efetivos: -----  
António Godinho Mourão Costa - Presidente; João Miguel Caramujo Ramos  
Endrenço e Vitor da Silva Mendes. -----  
Suplentes: -----

Luís Pedro Mendes Branco e Ana Sofia Noronha de O. S. C. da Silva Mendes.  
O valor base do procedimento é de 10.500,00€. -----

----- **Ponto cinco - dois: APOIO A PROJETO "EMDURANCE RUNNER:** Presente informação do **Gabinete de Ação Social** informando que no seguimento do apoio atribuído no ano transato, propõe-se novamente atribuição de subsídio no valor de oitocentos euros a Eduardo Pinto para apoio no desenvolvimento do projecto "EMdurance Runner 2019", que surge na sequência do diagnóstico de Esclerose Múltipla. -----

A **Câmara Municipal** manifestou o seu acordo com a proposta apresentada e deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de **oitocentos euros** a **Eduardo Pinto** para apoio no desenvolvimento do projeto "**EMdurance Runner 2019**", cuja descrição anexa á presente informação, que surge na sequência do diagnóstico de Esclerose Múltipla, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -

----- **Ponto cinco - três: RESCISÃO DO CONTRATO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DAS PISCINAS MUNICIPAIS:** Presente informação do **Senhor Presidente** informando a Câmara da carta de desistência do **Senhor Humberto da Silva Estevão**, do contrato de exploração do Bar das Piscinas Municipais, datado de 3/06/2013. -----

Propõe assim o **Senhor Presidente** a abertura de concurso através de hasta pública, para a atribuição da exploração do referido Bar. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade abrir concurso através de hasta pública, para atribuição da **Exploração do Bar das Piscinas Municipais**, fixando para o efeito o prazo limite de apresentação de

candidaturas até às 17:30 horas do dia 02 de Abril de 2019. -----

A abertura das propostas terá lugar em acto público a realizar no dia 03 de Abril pelas 10,00 horas. -----

O Júri deste acto é formado pelos **Senhores: Presidente da Câmara, Luís Simão Duarte de Matos, Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, Vereadora Paula Cristina Calado Chuço, Vereadora, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Vereador Bruno Alexandre Croca Brites.** -----

----- **Ponto cinco - quatro: ASSOCIAÇÃO LUGARES DO MONTADO ALENTEJANO - CONSELHO CONSULTIVO:** Presente informação do **Senhor Presidente** informando que a **Associação “Lugares do Montado Alentejano”**, nasceu de um projeto da **Entidade Regional Turismo do Alentejo e Ribatejo**, com vista a criar redes de oferta turística na **Região Alentejo**. -----

Esta Associação integra mais agentes ligados ao turismo, tanto no Concelho de Mora como de concelhos vizinhos com vista a promover de forma integrada e através de ações coletivas os produtos turísticos da Região. -----

Um dos **Órgãos desta Associação** é o **Conselho Consultivo**. Uma vez que a Associação convidou a Câmara Municipal de Mora a integrar o mesmo propõe que, dado o interesse que esse projeto pode vir a ter, propõe-se que a **Autarquia de Mora aceite** o convite para integrar o **Concelho Consultivo da Associação “Lugares do Montado Alentejano”**. -----

A **Câmara Municipal deliberou por unanimidade aceitar** o convite para **integrar** o **Concelho Consultivo da Associação “Lugares do Montado Alentejano”**, passando assim a fazer parte do mesmo. -----

----- **Ponto cinco - cinco: CEDÊNCIA DE TRANSPORTE:** Presente informação do **Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes, Marco Filipe Barrei-**

**ros Pires**, informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte à seguinte Instituição:---

- **Grupo de Cantares de Cabeção** para transporte dos elementos do grupo para uma actuação em Ferreira do Alentejo, no próximo dia 15 de Junho; -----

- **Grupo “Cantar Alentejo” da ARPI de Mora**, para uma deslocação do grupo para uma atuação a Marvila (Chelas), no próximo dia 7 de Julho; -----

- **Agrupamento de Escolas de Mora**, para uma visita de estudo do Jardim de Infância de Brotas a Pavia, no próximo dia 28 de Março; -----

- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Graça de Mora, para transporte dos peregrinos de Fátima para Mora, no próximo dia 13 de Maio. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte à Instituição acima referida. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.-

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram dez horas e quarenta e cinco minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo  
funções na Divisão Administrativa/Financeira, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mora, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-----



